

POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA DA SAÚDE GLOBAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: O BRASIL NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA

FOREIGN POLICY, DIPLOMACY AND GLOBAL HEALTH IN PANDEMIC TIMES: BRAZIL IN THE CONTERFLOW OF HISTORY

POLÍTICA EXTERNA Y DIPLOMACIA DE SALUD GLOBAL EM TIEMPOS DE PANDEMIA: BRASIL EN CONTRAMANO DE LA DA HISTORIA

Alexandre Andrade Alvarenga¹

Erika Maria Sampaio Rocha²

Jonathan Filippou³

Maria Angélica Carvalho Andrade⁴

RESUMO

O artigo analisa a atuação internacional do Brasil durante a pandemia pelo novo coronavírus, considerando o papel estratégico da política externa, a tradição diplomática brasileira em fóruns multilaterais e na área de saúde global. Analisou-se como a política externa brasileira está respondendo aos principais desafios domésticos e internacionais relacionados ao combate da pandemia e quais os resultados práticos dessa atuação. Parte-se da hipótese de que o Brasil está atuando abaixo das necessidades e aquém das capacidades e da tradição diplomática do país. Concluímos que, para além do efeito prejudicial no cenário da governança global da saúde, ao negar a ciência por meio de ações e políticas sistemáticas, o governo brasileiro é responsável por expor a população a mortes evitáveis.

Palavras-chave: Pandemias; COVID-19; Saúde Global; Governança; Diplomacia em Saúde.

¹ Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6762-9282>, E-mail: aaa_ri@hotmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1926197995755742>

² Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4347-0531>, E-mail: emsampaiorocha@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6148133355428388>

³ Institute of Population Health Sciences, Queen Mary University of London (QMUL), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3907-1992>, E-mail: j.filippou@qmul.ac.uk, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1655529281503303>

⁴ Departamento de Medicina Social (DMS), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3690-6416>, E-mail: geliandrade@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5427520110626795>

ABSTRACT

This article analyses the international performance of Brazil related to the new coronavirus pandemic, taking into consideration the strategic role of foreign policy and the historic Brazilian diplomatic participation in multilateral forums, including global health. It analyzes how Brazilian foreign policy is responding to the main domestic and international challenges related to fighting the pandemic and the country's economic recovery, highlighting its social consequences. We start from the hypothesis that Brazil is acting far below the requirements and far below the country's prohibitions and diplomatic tradition. We conclude that beyond the detrimental effect on the international scene of global health governance, when denying science through systematic action and policies, the Brazilian government is responsible for exposing the population to avoidable deaths.

Key words: Pandemics; COVID-19; Global Health; Governance; Health Diplomacy.

RESUMEN

Este artículo analiza el desempeño internacional de Brasil la pandemia debido al nuevo coronavirus, teniendo en cuenta el papel estratégico de la política exterior; las relaciones internacionales de Brasil y la tradición diplomática brasileña en foros multilaterales e en la salud mundial. Analiza se cómo la política exterior brasileña está respondiendo a los principales desafíos nacionales e internacionales relacionados a la pandemia y los resultados de esta acción. Comienza con la hipótesis de que Brasil está actuando abajo de las necesidades y por debajo de las capacidades y la tradición diplomática del país. Concluimos que el efecto nocivo en el escenario internacional de la gobernanza mundial de la salud, al negar la ciencia a través de acciones y políticas sistemáticas, el gobierno brasileño es responsable de exponer a la población a muertes prevenibles.

Palabras clave: Pandemia; COVID-19; Salud Global; Gobernanza; Diplomacia en la Salud.

INTRODUÇÃO

A pandemia pelo novo coronavírus vem causando tragédias humanas, instabilidades sociais e crises econômicas que exigem respostas e ações pragmáticas por parte de países e seus Estados. Nesse contexto, a política externa estatal cumpre papel estratégico ao proporcionar recursos e meios para o combate ao vírus e a recuperação da economia nacional e internacional.

Entendida como um conjunto de objetivos, valores, estratégias e ações de determinado Estado em defesa dos seus interesses nacionais no âmbito internacional, a política externa é a projeção política de um Estado, ou governo, sobre a realidade internacional, a partir das suas capacidades e interesses (Cervo; Bueno, 2008). Definida

por Hill (2003) como a soma das relações internacionais oficiais, a política externa em geral é conduzida pelo Estado, mas admite também outros atores independentes, como organizações internacionais, empresas, instituições e outros atores domésticos, como governos estaduais, desde que alinhados e coordenados a uma política oficial que represente os interesses e objetivos do Estado.

A política externa deve ser formulada para o interesse do Estado, respondendo às demandas sociais. No entanto, existe um campo de disputas e interesses que influenciam o seu processo de elaboração (Solomon; Pinheiro, 2013). Nesse sentido, são necessários parâmetros de investigação que incorporem os diversos atores presentes em seu processo decisório, nas suas distintas formas de participação e levando-se em conta os variados modelos de interação política: influência, participação, cooperação, resistência e conflito, buscando a garantia dos interesses do Estado (Milani; Pinheiro, 2013). Estes são relacionados à segurança, ao desenvolvimento econômico e à projeção geopolítica, e podem ser alcançados tanto por meios pacíficos (cooperação, diplomacia, comércio) quanto violentos (intervenção militar, guerra, colonização), resultando em crescimento e desenvolvimento ou atraso e dependência. Dentre os meios pacíficos para alcançar interesses, destacam-se, no contexto de pandemia: o multilateralismo; a diplomacia em saúde global; e o comércio internacional. O multilateralismo diz respeito às iniciativas, ações e estratégias de coordenação e articulação internacional sobre determinado tema por meio de discussões e decisões coletivas, sobretudo em organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

A Diplomacia em Saúde Global está relacionada a processos de negociações, articulações políticas e cooperação em múltiplos níveis, promovidos por diferentes atores internacionais e domésticos, que moldam e influenciam a política global da saúde e os temas de saúde de preocupação e de consequências globais (Kickbusch; Berger, 2010). Dentre os temas de interesse global, destacam-se a Atenção Primária em Saúde (APS), o combate e a prevenção ao vírus da imunodeficiência adquirida/síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/AIDS), o envelhecimento e as doenças crônicas, a doença mental, o uso de drogas de abuso, a malária, a tuberculose, as doenças tropicais negligenciadas, dentre outras. De especial relevância para a governança global, salientam-se o controle de pandemias e a propriedade intelectual.

Por sua vez, o comércio internacional está relacionado às políticas, acordos e iniciativas que podem proporcionar facilidades comerciais tanto para obter equipamentos e medicamentos quanto desenvolver o complexo industrial tecnológico da saúde (Gadelha, 11 mai. 2020). Além disso, o comércio internacional pode favorecer à recuperação econômica por meio de políticas de importação de produtos essenciais e estratégicos e de exportação de produtos competitivos de alto valor e qualidade.

A pandemia pela COVID-19 tem demonstrado um impacto profundo na economia mundial (Buss, 3 abr. 2020) e muitos países estão se articulando nessas áreas de atuação – multilateralismo, diplomacia em saúde global e comércio internacional – como alternativas e estratégias de combate ao vírus e de recuperação econômica. Alguns países, por exemplo, formaram uma coalizão em torno da OMS para financiar pesquisas, comprometendo-se a compartilhar os resultados e o acesso à possível vacina de forma universal (Buss PM; Tobar S, 2020; Valor Econômico, 29 mai. 2020). Grande parte dos países também estão tomando medidas de contenção, de controle e de combate ao vírus e à doença por meio de cooperação e coordenação internacional de acordo com as diretrizes e orientações da OMS. Alguns países também estão cooperando e enviando missões médicas, medicamentos e equipamentos para países em situação emergencial, como o caso de Cuba, China e Rússia, que enviaram ajuda à Itália e aos Estados Unidos da América (Lee; McGeer, 2020; Zhu et al., 2020).

No que diz respeito à área comercial, apesar da suspensão de muitas atividades e transações, muitos países estão negociando, de forma emergencial, equipamentos médicos como máscaras, luvas, câmeras termais, além de outros produtos essenciais, como gêneros alimentícios, agora mais escassos diante do risco de desabastecimento mundial. Nesse contexto, a China, que já conseguiu controlar a pandemia em seu território, vem se destacando como o principal exportador mundial de equipamentos médicos e de outros produtos manufaturados, ao passo que os EUA, que ainda enfrentam o pico da pandemia, são os principais importadores. Os demais países, por sua vez, estão buscando arranjos comerciais que possam garantir as suas necessidades e os seus interesses de importação e exportação diante de um cenário de recessão econômica e comercial de alta competitividade chinesa e de alto poder aquisitivo norte-americano, que acaba atraindo as exportações mundiais (Lister; Shukla; Bobille, 5 abr. 2020).

Diante desse cenário, alguns países estão burlando contratos comerciais, confiscando e desviando cargas e equipamentos de saúde endereçados a outros países, o que passou a ser conhecido como “pirataria moderna” (Ventura, 27 abr. 2020). É o caso de EUA, França e Alemanha, que conseguiram desviar cargas de produtos e equipamentos da China que tinham como destino Itália, República Checa e Brasil. Por outro lado, atores domésticos ou não estatais, como governos estaduais, empresas e organizações não governamentais, vêm atuando internacionalmente, como meio de atender às demandas e aos interesses das suas respectivas sociedades, prática denominada de “paradiplomacia” (Ribeiro, 2009).

Além disso, alguns estados também já estão se articulando em torno da recuperação das suas economias nacionais e do desenvolvimento dos seus complexos industriais e tecnológicos, como o caso de China, Alemanha, França, Coreia do Sul e EUA, que também já disputam a corrida pela descoberta da vacina e os direitos de propriedade intelectual, produção e distribuição (Chade, 19 mai. 2020; O Globo, 21 mai. 2020).

O Brasil, no entanto, vem atuando de maneira diferente nesta pandemia, rompendo com a sua tradição de política externa e se distanciando de ideias, espaços, iniciativas e atores que foram fundamentais em determinados períodos e momentos históricos, dos quais se destacam: sua atuação em fóruns e organizações multilaterais de segurança, comércio, desenvolvimento, meio ambiente, direitos humanos e saúde; sua participação e liderança em temas, agendas e iniciativas de saúde global; e seu pragmatismo comercial visando o desenvolvimento nacional, que sempre buscou não se prender a ideologias políticas (Fedatto, 2013; Santos; Cerqueira, 2015; Muñoz, 2016). O alinhamento ideológico aos EUA, a crítica ao multilateralismo, o afastamento em relação à OMS e as tensões diplomáticas com a China são alguns exemplos dessa mudança, levantando questionamentos sobre a visão, os interesses, as estratégias, as ações e os resultados práticos da política externa brasileira em tempos de pandemia em curto, médio e longo prazo.

Diante desse contexto, levando em consideração o caráter instrumental e pragmático da política externa e a tradição diplomática do Brasil em fóruns multilaterais, em iniciativas de Cooperação Sul-Sul, em temas de Saúde Global e nas negociações internacionais de comércio, buscamos analisar a atuação internacional do

Brasil nessas áreas e as principais estratégias e ações adotadas pelo país para enfrentar a pandemia e a consequente recessão econômica. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica triangulada com coleta de informações e notícias jornalísticas sobre o tema. Parte-se da hipótese de que o Brasil está atuando abaixo das necessidades sociais de seu estado e aquém das capacidades e da tradição diplomática do país.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES NA SAÚDE GLOBAL: A ASCENSÃO BRASILEIRA

Antes de analisar as estratégias e ações internacionais do Brasil na pandemia, é importante ressaltar que, internacionalmente, o Brasil vinha exibindo uma imagem de país emergente e dinâmico, respaldada sobre sua estabilidade econômica e política, história de inclusão de dezenas de milhões de pobres à sociedade de bem-estar mínimo e, de uma política externa assertiva que reposicionava a nação no mundo, além de dinâmica internacionalização de empresas brasileiras (Cervo; Lessa, 2014).

Nesse contexto, vale lembrar a participação e atuação do Brasil em diferentes eventos e momentos históricos relacionados ao campo da Saúde Global. Em primeiro lugar, é preciso destacar a atuação do Brasil por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), uma instituição centenária de relevância e reconhecimento internacional, que possui 21 unidades técnico-científicas espalhadas pelo território nacional e que sempre atuou na pesquisa, no tratamento e na produção de vacinas de doenças como malária, febre amarela, peste e outras doenças tropicais muitas vezes negligenciadas por centros de pesquisa da Europa e dos EUA. Ao longo da história, tornou-se um ator de peso na formulação da política externa brasileira referente aos temas da Saúde Global e da Diplomacia em Saúde (Ventura et al., 2020; Buss; Tobar, 2017).

Além disso, a FIOCRUZ atuou junto ao governo brasileiro como referência técnica e voz política em diversos fóruns e organizações internacionais, debatendo temas e agendas de Saúde Global, como ONU, OMC, OMS, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e em diferentes iniciativas de Cooperação Sul-Sul, dentre os quais se destacam: a Conferência de Alma Ata; a Declaração de Doha sobre Saúde Global; a Convenção Quadro de Controle de Tabaco (CQTC); a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20); a criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde

(ISAGS); a Conferência de Astana; e a construção de uma unidade da FIOCRUZ em Moçambique no âmbito da Cooperação Sul-Sul ou da Cooperação Estruturante em Saúde, que visam estabelecer relações solidárias que possam superar desafios estruturais, como o direito à saúde ou acesso a medicamentos e tratamentos (Almeida et al., 2010; Lima, 2017).

No que diz respeito ao multilateralismo, à governança global e às organizações internacionais, vale lembrar que o Brasil é membro fundador da ONU, assim como da OMS e de outras organizações internacionais e blocos regionais sobre os mais variados temas e recortes geográficos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a UNASUL. Em relação à OMS, além de membro fundador, vale lembrar a atuação do Dr. Marcolino Gomes Candau como segundo Diretor Geral (1953 a 1973), quando a organização passou por um aumento significativo do número de membros em razão dos processos de independências afro-asiáticos. Nesse período, a OMS foi de 81 países, 1500 funcionários e um orçamento de 9 milhões de dólares para 138 países, 4000 funcionários e um orçamento de 106 milhões (WHO, 2020).

Dentre os principais desafios e realizações de seu mandato no período, além do crescimento exponencial da organização, destacaram-se também a criação de sistemas de saúde nacionais dos países independentes e o combate a doenças e epidemias, como varicela, malária e oncocercose. Por seus esforços em âmbito global, a OMS o nomeou Diretor Geral Emérito da organização. Outras instituições também lhe concederam homenagens, fazendo dele um grande símbolo do multilateralismo e da Diplomacia em Saúde Global (WHO, 2020).

Outro tema de Saúde Global importante que contou com a participação e atuação do Brasil foi a Atenção Primária em Saúde que, a partir da Declaração de Alma Ata, de 1979, foi reconhecida como um direito humano fundamental e de acesso universal pelos países que compõem a OMS (Cueto, 2015). Além de signatário de Alma Ata, o Brasil internalizou os princípios e diretrizes da declaração por meio de seu Sistema Único de Saúde (SUS) e da FIOCRUZ e os defendeu em fóruns, organizações e blocos regionais, como OPAS, MERCOSUL e UNASUL (Buss; Ferreira, 2010). Quarenta anos depois, também representado por uma delegação da FIOCRUZ, o Brasil assinou a Declaração

de Astana, em 2019, que reconhecia os princípios de Alma Ata e associava a Atenção Primária à Saúde (APS) ao Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030 (Fiocruz, 29 out. 2018).

No que diz respeito ao combate do HIV/AIDS, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a gravidade da doença na década de 1990 e a promover articulações internacionais em torno da pesquisa, do controle e do tratamento em países em desenvolvimento. Mais do que isso, articulou posições dentro da OMS e da OMC, junto a países como Índia e África do Sul, para que as regras internacionais de propriedade intelectual fossem flexibilizadas para a produção de medicamentos essenciais em termos de saúde pública. Outra característica da atuação internacional brasileira sobre o tema foi o diálogo constante com atores institucionais domésticos, profissionais da área de saúde e representantes da sociedade civil, sobretudo Organizações Não Governamentais (ONGs) (Lima; Campos, 2010; Kitchenman, 2012; Barreto et al., 2011).

No que diz respeito aos temas relacionados à saúde e ao comércio, vale ressaltar a atuação internacional ativa e participativa do Brasil na OMC. A Declaração de Doha, em 2001, sobre propriedade intelectual, por exemplo, contou com a articulação do Brasil junto aos países em desenvolvimento para aprovar a resolução que reconheceu a saúde como um direito universal e que garantiu aos países o direito de flexibilizar as regras internacionais de propriedade intelectual em casos de saúde pública. Na reunião ministerial que aprovou a resolução, a posição do Brasil foi composta por diferentes atores domésticos que trabalham com o tema, como a FIOCRUZ e o Ministério da Saúde (Chamas, 2010).

Em 2003, o Brasil também presidiu a comissão da CQCT, em que exerceu papel de liderança e de formador de consenso entre países produtores de tabaco e países legisladores para a aprovação do primeiro tratado vinculante da OMS. Ao longo do processo, o Brasil, que havia contado com diversos setores da sociedade para formar a sua posição, prezou pelo equilíbrio das negociações entre os países. Ao final, o resultado foi considerado positivo para os dois polos da questão, para o Brasil e para OMS (Silva et al., 2014).

Outra vertente de atuação internacional em que o Brasil se destaca e que envolve processos multilaterais e temas de saúde global é a vertente do Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, ressalta-se a mobilização inicial e a participação do Brasil

como anfitrião na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992, que também contou com número recorde de chefes de estados e diversos setores da sociedade civil e que produziu cinco documentos finais que abordaram, dentre outras coisas, temas de saúde, como acesso universal e combate à pobreza. Também vale ressaltar a liderança do país vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012, que aprovou a resolução ‘O Futuro que Queremos’, que também versa sobre saúde e que iniciou o processo de negociação da Agenda 2030 (Lago, 2013).

No processo de formulação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil também se fez presente nas negociações internacionais articulando as demandas dos países em desenvolvimento e formando consensos com os países desenvolvidos (Brasil, 2020). Um dos ODS diz respeito ao campo da saúde, sendo desenvolvido em diversas diretrizes e objetivos específicos, evidenciando a sua importância. Durante o processo de discussão, o Brasil também contou com a participação da FIOCRUZ e de outros órgãos governamentais e da sociedade civil para formular a sua posição (Buss, 2013). Para a aprovação da Agenda 2030 no âmbito da ONU, contou com muita habilidade diplomática (Fiocruz, 2020).

Além disso, o Brasil, junto à FIOCRUZ e outros órgãos de saúde e vigilância sanitária, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Saúde, já realizou diversas operações nacionais e internacionais de controle de epidemias, fornecendo serviços, tratamentos e medicamentos, e compartilhando conhecimento científico com outros países (Ventura et al., 2020; Almeida et al., 2010).

Por fim, vale também destacar a atuação do Brasil em blocos e coalizões regionais. No MERCOSUL, o país liderou a criação de um banco de preços de medicamentos para promover compras conjuntas governamentais. Em 2017, o bloco conseguiu realizar uma compra coletiva de antirretrovirais por 80% a menos do preço que seria negociado bilateralmente (Brasil, 16 jun 2017). Na UNASUL, o país liderou a criação do Conselho de Saúde da UNASUL e do ISAGS, que funcionou como um centro de conhecimento, informação e atuação coordenada entre os sistemas de saúde da região. Em relação ao ISAGS, a FIOCRUZ participou ativamente do seu processo de institucionalização no Rio de Janeiro (ENSP, 26 jul. 2011; Nery, 2016).

No agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico, os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o Brasil também atuou por meio da promoção de parcerias estratégicas para o combate à fome e à pobreza, assegurar o acesso universal à saúde e o desenvolvimento de tecnologias. Vale ainda destacar a criação de vários cursos de pós-graduação em saúde pública e de uma indústria de medicamentos, a partir da unidade da FIOCRUZ em Moçambique (Almeida et al., 2010; Muñoz; Carvalho, 2016).

Essas iniciativas, ações e posições internacionais do Brasil na área de saúde demonstram como o país sempre foi ativo, participativo e líder em diversos fóruns multilaterais, formando consensos tanto com países em desenvolvimento quanto com países desenvolvidos. Percebe-se também que a política externa brasileira, muitas vezes, buscou garantir os interesses nacionais por meio do multilateralismo e incentivo à independência do capitalismo desenvolvido por meio de cooperações Sul-Sul, sobretudo nos temas de Saúde Global relevantes aos países em desenvolvimento, onde a Diplomacia em Saúde Global, com a participação de outros atores domésticos, foi sempre ativa.

A PANDEMIA PELA COVID-19 COMO O MAIOR DESAFIO DO SÉCULO XXI

A pandemia pela COVID-19 representa o maior desafio do século XXI. Mais do que a crise financeira de 2008, a pandemia provoca mortes, tragédias humanas, crises sociais e políticas, recessão econômica e consequências ainda não mensuráveis, atingindo a maioria dos países do sistema internacional e diversos setores da economia mundial, em especial o de petróleo. Além disso, a pandemia escancara problemas já apontados anteriormente, mas que ganharam força ao longo da crise, como a Governança Global e o papel das organizações internacionais, da qual a OMS é o centro das atenções em razão da pandemia. Nesse contexto, questões sobre financiamento, representatividade e respostas efetivas ao combate de pandemias estão sendo frequentemente levantadas, demandando respostas, articulações e intervenções imediatas (Buss; Tobar, 2020).

Diante dessas dificuldades e desafios, países como China, Alemanha, Japão, Reino Unido e França estão se articulando junto à OMS para desenvolver a vacina e torná-la acessível. Em maio de 2020, no contexto de sua Assembleia Geral, a OMS aprovou uma resolução que garante o acesso universal à vacina e ao tratamento, uma vez descobertos, reconhecendo-os como um bem público mundial. No entanto, as negociações foram marcadas pela oposição dos EUA, que defendeu o direito à propriedade intelectual e não assinou a resolução. Somado a isso, os EUA também questionaram e criticaram a atuação e o papel da OMS assim como da China. Esse processo também gerou uma disputa ainda mais acirrada pelo desenvolvimento da vacina, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos de uma descoberta (Chade, 28 mai. 2020).

Vale destacar a diplomacia médica de países como Cuba, China e Rússia, que estão enviando missões médicas e doações de medicamentos e equipamentos para países atingidos pela pandemia (Estadão, 25 mar. 2020). Nesse contexto da pandemia, destaca-se a solidariedade internacional dos médicos cubanos. Cuba enviou 1,8 mil profissionais de saúde para dezenas de países. Em reconhecimento à atuação das brigadas médicas cubanas do Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastres e Graves Epidemias, há forte campanha para que esses médicos recebam o Prêmio Nobel da Paz em 2020 (Sudré, 28 mai. 2020).

Outra área que vem demonstrando grande importância nessa pandemia é a produção de medicamentos, equipamentos e outros produtos relacionados ao combate e tratamento da doença, o que envolve os complexos industriais e tecnológicos de saúde de cada país (Gadelha, 11 mai. 2020). Nesse sentido, a China se destaca pela coordenação de esforços para suprir a demanda doméstica e global de testes, máscaras, luvas, aparelhos, câmeras termais, tratamentos e vacinas (Reis, 15 abr. 2020).

Também no âmbito econômico, o comércio exterior vem sendo utilizado como uma estratégia de garantir suprimentos e equipamentos para a economia doméstica. No entanto, em razão da suspensão das atividades industriais e comerciais, muitos produtos tornaram-se escassos, o que fez aumentar a disputa e criou um fenômeno chamado de “pirataria moderna”, em que países como EUA, França e Alemanha desviaram, recompraram ou confiscaram cargas de equipamentos da China destinadas a outros países, causando protestos internacionais e tensões diplomáticas (Ventura, 27 abr.

2020). Diante desse cenário, países de menor poder econômico e geopolítico enfrentam situações alarmantes com a falta de insumos, medicamentos e equipamentos para combater a pandemia, o que evidencia a necessidade de um complexo industrial e de uma política de comércio exterior pragmática para atender às necessidades e particularidades de cada país (Buss; Tobar, 2020; Reis, 15 abr. 2020); assim como o incentivo à necessária solidariedade internacional consubstanciada pelas ações de Cuba, China e Rússia e princípios de não competição, principalmente durante momentos de crise de saúde pública.

POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA EM SAÚDE NA PANDEMIA: O DECLÍNIO DO PROTAGONISMO BRASILEIRO

O Brasil vem atuando historicamente no âmbito da saúde global por meio do multilateralismo, da Cooperação Sul-Sul e da Diplomacia em Saúde, participando de diversas ações e iniciativas em defesa de temas e da agenda de países em desenvolvimento, com destaque para o papel de liderança desempenhado dentro da OMS ao longo das décadas (Buss; Tobar, 2017). No entanto, a inserção internacional brasileira, em declínio desde 2011 (Cervo; Lessa, 2014), acentuou-se na pandemia. Atualmente, o Brasil abandonou a anterior posição de articulador de consenso internacional, portanto em prol da equidade em Saúde Global, para, por ora, adotar o alinhamento ao conservadorismo neoliberal de extrema direita, utilizando-se, para isso, de estratégias de caos para impactar a sociedade, diante das críticas e conflitos internos a tais posturas (Lima; Albuquerque, 2019).

Após um período de declínio leve no protagonismo do Brasil, que já vinha afetando sua inserção internacional de potência emergente (Cervo; Lessa, 2014), segue-se uma queda vertiginosa, a partir de 2019, com a posse do novo governo e com uma mudança significativa dos valores, interesses e objetivos da política externa brasileira, que passou a ser mais “norte-americanista” e “ocidentalizada”. Antes mesmo de assumir, o presidente e o ministro das relações exteriores manifestaram claro alinhamento geopolítico, econômico e ideológico aos EUA, colocando esse país como principal referência brasileira de um processo internacional de defesa da sociedade ocidental, católica e liberal. Em paralelo, vem adotando uma postura de isolamento, crítica e repúdio aos valores, princípios e iniciativas multilaterais e de Cooperação Sul-

Sul regionais e globais, desenvolvidos por governos anteriores e consagrados na Constituição Federal (Artigo 4), tais como: independência nacional, prevalência dos direitos humanos; não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao racismo e ao terrorismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, e a integração econômica, política, social e cultural com os povos da América Latina (Lima; Albuquerque, 2019).

No início do mandato, o presidente assinou acordos comerciais e manifestou apoio geopolítico, tanto aos interesses dos EUA na Venezuela, quanto de Israel em Jerusalém, abandonando uma postura de integração regional e de cooperação na América do Sul, e de equidistância pragmática do Brasil em relação aos conflitos entre Israel e Palestina, que vinha sendo adotada desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Casarões; Vigevani, 2014). Além disso, o Brasil assinou acordos militares com os EUA, cedendo a base de lançamento de foguetes de Alcântara, no estado do Maranhão, apoiando explicitamente uma intervenção norte-americana na Venezuela para depor o presidente atual (Correio Brasiliense, 8 mar. 2020). Na Argentina, posicionou-se abertamente a favor do candidato derrotado, criticando, rejeitando e ignorando o presidente eleito após a sua vitória (Gauchazh, 12 ago. 2019).

No campo econômico, o governo pleiteou a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), abandonando também todo um histórico de defesa comercial a favor das demandas dos países em desenvolvimento na OMC, assim como seu *status* e as vantagens comerciais dessa posição. Além disso, após assinar tratados comerciais com a China, o Brasil envolveu-se em tensões diplomáticas com o país asiático, por motivos ideológicos, promovidas, sobretudo, pelo presidente da república e pelo ministro das relações exteriores, o que custou ao Brasil certa posição de prioridade em relação às exportações chinesas, além de cancelamentos e atrasos (Ibañez, 2020). Nessa conjuntura, o ministro da Economia, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, e o ministro da Educação também fizeram insinuações e críticas ofensivas à China, criando constrangimentos nas relações com o governo chinês, considerado o maior parceiro no mercado externo do Brasil (G1, 22 mai. 2020; Freitas, 7 abr. 2020).

No campo do meio ambiente, flexibilizou legislações domésticas em relação à liberalização de agrotóxicos e à demarcação de terras indígenas e promoveu uma

‘cruzada soberanista’ contra a França e contra as Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos e meio ambiente que denunciavam a má condução do governo nos episódios das queimadas na floresta amazônica (Ferrante; Fearnside, 2019).

No que diz respeito ao campo da diplomacia em saúde global e à atuação do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o governo posicionou-se contra temas que abordavam gênero, saúde sexual e reprodutiva por considerá-los também ideológicos, abandonando uma postura anterior de defesa e articulando-se com países como Arábia Saudita e Paquistão. O governo federal também se alinhou à ditadura militar do Egito e ao Iraque em texto sobre ‘direito à saúde sexual e reprodutiva’ e concordou com a proposta do Paquistão de eliminar a educação sexual na resolução da ONU (Duchiade, 11 jul. 2019).

Em 2018, ainda durante a campanha presidencial, o então candidato se posicionou abertamente contrário ao Programa Mais Médicos (PMM) atribuindo-lhe cunho ideológico. Após a eleição, depois de desgastes atingindo a atuação dos profissionais médicos, o governo de Cuba anunciou o fim da cooperação internacional, retirando oito mil profissionais cubanos do Brasil e colocando em risco o atendimento a mais de 23 milhões de pessoas, especialmente nos lugares mais pobres, mais distantes ou nas periferias dos grandes centros urbanos (OPAS, 19 nov. 2018). A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) alertou às autoridades e à população quanto aos impactos da saída dos médicos cubanos, presentes em 2.800 dos 3.228 municípios participantes do PMM, sendo que, em 611 desses municípios, todos os médicos atuantes eram cubanos (Reis, 18 nov. 2018).

No campo regional, o governo desmontou toda a arquitetura de integração construída pelos governos anteriores, acusando-a de ideológica, e tomou partido de disputas políticas internas na Venezuela e na Argentina. No caso do processo de integração, chama a atenção a saída do Brasil da UNASUL e desmembramento de suas instituições. No que diz respeito à saúde, destaca-se o fim do Conselho Sul Americano de Saúde e do ISAGS, que juntos coordenavam os sistemas de saúde da região e promoviam políticas públicas coletivas e a troca de informações, além de um espaço de diálogo e diplomacia com foco na democratização do acesso e na efetivação do direito à saúde na América do Sul (Souza, 2 jul. 2019).

No contexto da pandemia, o governo brasileiro não reconheceu a gravidade da COVID-19 e nem tomou medidas preventivas de controle, posicionando-se na contramão do mundo e da OMS, somando-se a países como Nicarágua, Turcomenistão e Bielorrússia. Esse grupo foi apelidado de “Aliança do Avestruz”, uma alusão ao animal que enfia a cabeça em um buraco no chão quando tem problemas e dificuldades (Financial Times, 16 abr. 2020; BBC, 17 abr. 2020; Pedriali, 20 abr. 2020). Em um discurso negacionista, o presidente também ironizou a pandemia, chamando-a de “gripezinha” e defendendo a manutenção das atividades econômicas e um isolamento somente vertical, para não “sacrificar” a economia (BBC, 24 mar. 2020). Além disso, quando questionado sobre o crescente e grave aumento de casos brasileiros, respondeu: ‘E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?’, numa postura de irresponsabilidade e desrespeito sem precedentes a um ocupante do mais alto cargo do executivo nacional (Lancet, 2020).

A orientação contrária de diversos governos estaduais, em favor do isolamento horizontal e do *lockdown*, causou conflitos políticos no país e disputas com o governo federal, deixando a população confusa com relação às orientações a serem seguidas. O presidente da república incentivou e participou de manifestações políticas contrárias ao isolamento social, criticando e desrespeitando as recomendações da OMS (Campos, 2020). O presidente também defendeu abertamente o uso do medicamento hidróxido de cloroquina, em alinhamento ao discurso do presidente dos EUA, ainda que esse tratamento vá contra a recomendação da OMS e de todas as pesquisas científicas dos principais centros de pesquisa de referência mundial. À despeito da falta de evidências científicas, ele fez apologia do medicamento na mídia e ordenou aos laboratórios do exército brasileiro a ampliarem a sua produção (Boldrini, 21 mar. 2020).

Vários ministros do governo Bolsonaro reforçaram as críticas à OMS e fomentaram declarações que associam a origem do vírus à China – maior parceiro comercial do Brasil – de maneira pejorativa e preconceituosa. As palavras repercutiram no governo chinês, que exigiu um pedido de desculpas, iniciando uma tensão diplomática que rendeu ao Brasil prejuízos comerciais em relação à exportação de algumas *commodities* como a soja e à importação de equipamentos e materiais, como máscaras, luvas e respiradores (Duchiade; Barini, 18 mar. 2020).

Na questão da importação de materiais e equipamentos médicos e de saúde, o Brasil foi preterido das exportações chinesas e sofreu ataques de “pirataria moderna” por parte dos EUA, da Alemanha e da França. Diante da imobilidade e da inoperância do governo brasileiro, que ainda insistia em minimizar a gravidade da pandemia, alguns governos estaduais apelaram, tanto para intervenção em seus respectivos complexos industriais e tecnológicos, como o de São Paulo, quanto para a paradiplomacia, como o governo estadual do Maranhão. Nesse último caso, o governador articulou uma operação logística para a importação de respiradores da China, fazendo escala na Etiópia, driblando a Europa e desembarcando diretamente no Maranhão, evitando, assim, o confisco do governo federal (Rede Brasil Atual, 20 abr. 2020; Ventura, 27 abr. 2020).

Diante das práticas e posições do presidente, ressaltam-se duas trocas de ministros da saúde em meio à pandemia, agravando a crise institucional tanto no ministério quanto no governo. Como resposta às demissões, o presidente nomeou militares para a função interina de ministro e para outros cargos técnicos do ministério da saúde, o que levantou mais questões e críticas sobre as posições e ações do governo para lidar com a pandemia (Homero, 3 jun. 2020).

Essas ações foram seguidas de mais crises institucionais e de maior retração da participação do Brasil em fóruns internacionais sobre os temas relacionados à pandemia e à recuperação econômica mundial. Nesse contexto, vale destacar a ausência do Brasil na primeira iniciativa multilateral para o desenvolvimento da vacina, na primeira Assembleia Mundial de Saúde da OMS pós-pandemia e na mais recente iniciativa multilateral da ONU sobre uma recuperação econômica sustentável, que contou com a participação de mais de 50 países e foi definida pelo secretário geral como o maior evento de chefes de Estado desde o começo da pandemia (Chade, 5 mai. 2020). Assim como EUA, Rússia e China, apesar de convidado, o Brasil não participou da iniciativa e nem se justificou. Com o aumento dos casos de COVID-19, segundo a OMS, o Brasil tornou-se o novo epicentro do coronavírus no mundo. Nessa grave conjuntura internacional, o Brasil vem sendo atualmente ridicularizado, hostilizado e considerado um ‘pária internacional’, devido à existência de um desconcerto entre a ação brasileira e a dos governantes dos Estados mais importantes do mundo (Ventura, 27 abr. 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, percebe-se que o Brasil rompeu com uma tradição histórica de participação ativa, de liderança e de articulador de consenso com importância estratégica para os países em desenvolvimento e para toda a América Latina. Esse declínio na política externa e na Diplomacia em Saúde Global, iniciado de forma leve, foi acelerado no atual governo, explicitando-se diante dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19.

No contexto da pandemia pela COVID-19, o governo brasileiro adotou uma posição de isolamento e de desnecessária competição. Indo na contramão das evidências científicas oriundas dos centros de pesquisa e referências mundiais no tema, contraria as recomendações da OMS e cria tensões diplomáticas aliando-se a países autoritários conhecidos por políticas e ações retrógradas em Saúde Global.

Para além das questões relacionadas à governança em saúde global, o governo brasileiro expôs a sua população às centenas de milhares de mortes evitáveis. Ainda a ser visto quanto às consequências legais, o executivo nacional comete crime de responsabilidade pública ao, sistematicamente, negar evidências científicas e falhar no implemento de óbvias medidas de prevenção clássicas da saúde pública durante uma epidemia. Provavelmente em conjunto apenas com os Estados Unidos e o Reino Unido, o Estado brasileiro igualmente falha ao não proteger a sua população, ao adotar medidas errôneas de interpretação da crise – no caso brasileiro, pela sua absoluta negação. A que se confirmem os modelos estatísticos e o número de mortos no Brasil, atingindo a marca de centenas de milhares de pessoas, emerge a questão da responsabilidade legal do executivo brasileiro, distante das questões do posicionamento político-ideológico do governo atual. A morte dos socialmente vulneráveis, comprovadamente mais atingidos pelas consequências econômicas, sociais e biológicas da pandemia, é criminosa e em desalinho com o estado de direito democrático no qual todos os cidadãos gozam da mesma proteção estatal por serem brasileiros, conquistada a duras penas na Constituição cidadã de 1988.

Quanto à política externa, em um momento que exige agilidade técnica e diplomática, o governo brasileiro desconsidera a tradição e a bagagem acumuladas no campo da Saúde Global e Diplomacia em Saúde desde o pós-guerra e desperdiça recursos que poderiam ser utilizados no combate à pandemia e à recuperação da

economia nacional. As consequências da epidemia no Brasil são multifacetadas e entendidas nos campos de interpretação epistemológica histórica, social, política, econômica e de saúde; a morte evitável, porém, é a pura e simples consequência da negação científica do executivo brasileiro. Neste momento, o país é o maior experimento a céu aberto de comprovação que obscurantismo e ignorância matam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia Maria de, et al. A concepção brasileira de “cooperação Sul-Sul estruturante em saúde”. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Vol. 4, n. 1, p. 25-35, mar., 2010. doi: 10.3395/reciis.v4i1.343pt

BARRETO, Maurício Lima et al. Successes and failures in the control of infectious diseases in Brazil: social and environmental context, policies, interventions, and research needs. *Lancet*. Vol. 377, p. 1877–89, 2011. DOI:10.1016/S0140-6736(11)60202-X

BBC. *'Aliança do Avestruz': FT destaca grupo de Bolsonaro e outros líderes que 'se recusam a levar coronavírus a sério'*. 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52328505>>. Acesso em: 16/05/2020.

BBC. *Em rede nacional, Bolsonaro critica fechamento de escolas e comércio e compara coronavírus a 'resfriadinho'*. 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52028945>>. Acesso em: 31/05/2020.

BOLDRINI, Angela. Bolsonaro manda Exército produzir mais cloroquina mesmo sem ação comprovada contra Covid-19. *Folha de São Paulo*. 21 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/bolsonaro-manda-exercito-produzir-mais-cloroquina-mesmo-sem-acao-comprovada-contracovid-19.shtml>>. Acesso em: 04/06/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Países do Mercosul anunciam avanços na compra conjunta de medicamentos*. 16 jun 2017. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28755-paises-do-mercosul-anunciam-avancos-na-compra-conjunta-de-medicamentos>>. Acesso em: 31/05/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Histórico*. 2020. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/component/k2/item/11594-portal-informacoes-ambientais-ods-mma-historico>>. Acesso em: 31/05/2020.

BUSS, Paulo Marchiori. *De pandemias, desenvolvimento e multilateralismo*. 3 abr. 2020. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/de-pandemias-desenvolvimento-e-multilateralismo>>. Acesso em: 31/05/2020.

BUSS, Paulo Marchiori. Saúde Global e Diplomacia da saúde. *Cad. Saúde Pública*. Vol. 29, n. 1, p. 8-9, jan, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2013000100002>

BUSS, Paulo Marchiori; FERREIRA, José Roberto. Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Vol. 4, n. 1, p. 106-118. mar., 2010. DOI: <https://doi.org/10.3395/reciis.v4i1.712>

BUSS, Paulo Marchiori; TOBAR, Sebastián. (Orgs) *Diplomacia em Saúde e Saúde Global: perspectivas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017, 654p.

BUSS, Paulo Marchiori; TOBAR, Sebastián. La COVID-19 y las oportunidades de cooperación internacional en salud. *Cad. Saúde Pública*. Vol. 36, n. 4, e00066920, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00066920>

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*. Vol. 18, n. 3, e00279111, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00279>

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: anti-semitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*. Vol. 33, n. 2, p. 150-188, dez 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-43692014000200009>

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.* Vol. 57, n. 2, p. 133-151, Dec. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>

CHADE, Jamil. *Mundo se reúne para reconstruir seu futuro*. E Brasil não aparece. UOL. 28 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/28/brasil-fica-fora-de-coalizacao-mundial-para-planejar-reconstrucao-da-economia.htm>>. Acesso em: 04/06/2020.

CHADE, Jamil. *OMS aprova resolução que estabelece acesso à vacina*. UOL. 19 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/19/oms-aprova-resolucao-que-estabelece-acesso-a-vacina.amp.htm>> Acesso em: 23/05/2020.

CHADE, Jamil. *Trump bombardeou resolução proposta por Brasil por acesso à vacina*. UOL. 5 mai 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/05/19/oms-aprova-resolucao-que-estabelece-acesso-a-vacina.amp.htm>>. Acesso em: 21/05/2020.

CHAMAS, Cláudia Inês. Comércio Internacional, Patentes e Saúde Pública. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Vol. 4, n. 1, p. 177-180, Mar 2010. DOI: [10.3395/reciis.v4i1.358pt](https://doi.org/10.3395/reciis.v4i1.358pt)

CORREIO BRASILIENSE. *Brasil e EUA assinam acordo de defesa que facilita intercâmbio militar*. 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/08/interna_politica_832932/brasil-e-eua-assinam-acordo-de-defesa-que-facilita-intercambio-militar.shtml>. Acesso em: 03/06/2020.

CUETO, Marcos. Atenção Primária à Saúde. In: CUETO, M. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015. P. 53-75.

DUCHIADE, André. Brasil acompanha países islâmicos em votações sobre direitos das mulheres e sexuais na ONU. *O Globo*. 11 jul. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-acompanha-paises-islamicos-em-votacoes-sobre-direitos-das-mulheres-sexuais-na-onu-23800730>>. Acesso em: 04/06/2020.

DUCHIADE, André; BARINI, Filipe. Declaração de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus provoca crise diplomática com a China. *O Globo*. 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/declaracao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-coronavirus-provoca-crise-diplomatica-com-china-24313933>>. Acesso em: 03/06/2020.

ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública. *ISAGS é oficialmente lançado no Rio de Janeiro*. 26 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/26641>>. Acesso em: 31/05/2020.

ESTADÃO. *Itália vira centro da diplomacia médica da Rússia, China e Cuba*. 25 mar. 2020. <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,italia-vira-centro-da-diplomacia-medica-da-russia-china-e-cuba,70003247073>>. Acesso em: 03/06/2020.

FEDATTO, Maíra da Silva. *A Fiocruz e a cooperação para a África no governo Lula* [Dissertação]. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2013.

FERRANTE, Lucas; FEARNSSIDE, Philip. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation*. Vol. 46, n. 4, p. 261-3, Dec 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892919000213>

FINANCIAL TIMES. *The 'Ostrich Alliance': the leaders denying the coronavirus threat*. 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/974dc9d2-77c1-4381-adcd-2f755333a36b>>. Acesso em: 26/05/2020.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. *Agenda 2030: Protagonismo da Fiocruz*. 2020. <https://portal.fiocruz.br/agenda-2030-protagonismo-da-fiocruz>. (Acesso em: 31/05/2020)

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. *CNS e Fiocruz reafirmam compromissos em Atenção Primária*. 29 out. 2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/cns-e-fiocruz-reafirmam-compromissos-em-atencao-primaria>>. Acesso em: 31/05/2020.

FREITAS, Carolina. Maia: Não entendo como o governo desqualifica a China neste momento. *Valor Econômico*. 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/07/maia-nao-entendo-como-o-governo-desqualifica-a-china-neste-momento.ghtml>>. Acesso em: 19/05/2020.

G1. 'China é aquela cara que você sabe que tem que aguentar', diz ministro Paulo Guedes. 22 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/china-e-aquele-cara-que-voce-sabe-que-tem-que-aguentar-diz-ministro-paulo-guedes.ghhtml>>. Acesso em: 23/05/2020.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. *O complexo Econômico-Industrial da Saúde no Brasil hoje*. 11 mai. 2020. NEXO. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/O-Complexo-Econ%C3%B4mico-Industrial-da-Sa%C3%BAde-no-Brasil- hoje>>. Acesso em: 21/05/2020.

GAUCHAZH. *Bolsonaro critica possível vitória da 'esquerdalha' na Argentina*. 12 ago. 2019. Folhapress. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/08/bolsonaro-critica-possivel-vitoria-da-esquerdalha-na-argentina-cjz92o19m014r01qmbcghzlc.html>> Acesso em: 03/06/2020.

HILL, Christopher. *The changing politics in foreign policy*. Hampshire New York: Palgrave: Macmillan, 2003.

HOMERO, Valquiria. *Bolsonaro formaliza general Pazuello como ministro interino da Saúde*. Poder 360. 3 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-formaliza-general-pazuello-como-ministro-interino-da-saude/>>. Acesso em: 04/06/2020.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*. Vol. IX, n. 18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13257>

KICKBUSCH, Ilona.; BERGER, Chantal. Diplomacia da saúde global. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Vol. 4, n. 1, p. 19-24, mar 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/693/1338>> Acesso em: 29/05/2020.

KITCHENMAN, Sarah. Inúmeros desafios do passado proporcionam aos portadores de HIV o largo acesso aos antirretrovirais no presente. *Physis*. Vol. 22, n. 3, p. 1243-1248, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000300021>

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Conferências de desenvolvimento sustentável*. Brasília: FUNAG; 2013.

LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?” *Lancet*, May 2020; Editorial; Vol. 395, n. 1-0235, p. 1461. doi: [https://doi.org/10.1016/s0140-6666736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/s0140-6666736(20)31095-3)

LEE, Nelson; MCGEER, Alisson. The starting line for COVID-19 vaccine development. *Lancet*, May 28, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31239-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31239-3)

LIMA, Jordão Horácio da Silva. Saúde global e política externa brasileira: negociações referentes à inovação e propriedade intelectual. *Ciênc. saúde coletiva*. Vol. 22, n. 7, p. 2213-2221, julho 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017227.02652017>.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. *Boletim OPSA*. n. 1, Jan./Mar. 2019. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n1-jan-mar.pdf>. Acesso em: 04/06/2020.

LIMA, Thaísa Góis Farias de Moura Santos; CAMPOS, Rodrigo Pires de. O perfil dos projetos de cooperação técnica brasileira em Aids no mundo: explorando potenciais hipóteses de estudo. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Vol. 4, n. 1, p. 119-133, mar. de 2010. DOI: <https://doi.org/10.3395/reciis.v4i1.718>.

LISTER, Tim; SHUKLA, Sebastian; BOBILLE Fanny. *Pandemia de coronavírus desencadeia disputa global por máscaras de proteção*. CNN Brasil. 5 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-desencadeia-disputa-global-por-mascaras-de-protecao>> Acesso em: 03/05/2020.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*. Vol. 35, n. 1, p. 11-41, Jan Jun 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>

MUÑOZ, Enara Echart. A cooperação sul-sul do Brasil com a África. *Cad. CRH*, Vol. 29, n. 76, p. 9-12, abr 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100001>

MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A Cooperação Sul-Sul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento? *Cad. CRH*. Vol. 29, n. 76, p. 33-52, abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-497920160001000034>

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. *Cadernos CRH*. Vol. 29, n. SPE03, p. 59-75, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000400005>

O GLOBO. China e França defendem que vacina contra a Covid-19 seja 'bem comum', e resolução europeia pede reforma da OMS. *O Globo*. 21 mai. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/china-franca-defendem-que-vacina-contracovid-19-seja-bem-comum-resolucao-europeia-pede-reforma-da-oms-24432634>> Acesso em: 23/05/2020.

OPAS. Organização Pan-americana de Saúde. Brasil. *Mais Médicos*: profissionais cubanos da cooperação internacional sairão do Brasil até 12 de dezembro. 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5804:mais-medicos-profissionais-cubanos-da-cooperacao-internacional-sairao-do-brasil-ate-12-de-dezembro&Itemid=347>. Acesso em 4/6/2020.

PEDRIALI, José. *"Aliança do Avestruz" ignora gravidade do coronavírus*. 20 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.josepedriali.com.br/2020/04/alianca-do-avestruz-ignora-gravidade-do.html>>. Acesso em: 16/05/2020.

REDE BRASIL ATUAL. Receita vai processar Flávio Dino por 'operação de guerra' que garantiu respiradores ao Maranhão. *Rede Brasil Atual*, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/04/receita-vai-processar-flavio-dino>>

por-operacao-de-guerra-que-garantiu-respiradores-ao-maranhao/>. Acesso em: 09/05/2020.

REIS, Solange. *Pandemia acende debate sobre securitização da saúde*. OPEU. Observatório Político dos Estados Unidos. 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.opeu.org.br/2020/04/15/pandemia-acende-debate-sobre-securitizacao-da-saude/>>. Acesso em: 31/05/2020.

REIS, Vilma. *Nota Abrasco sobre a saída dos médicos cubanos do Mais Médicos*. ABRASCO. 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/nota-abrasco-sobre-saida-dos-medicos-cubanos-do-programa-mais-medicos-para-o-brasil/38190/>>. Acesso em: 04/06/2020.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras*. Salvador: EDUFBA, 2009, 214p.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 22, n. 1, p. 23-47, jan-mar 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000100003>

SILVA, Sandra Tavares da et al. Combate ao Tabagismo no Brasil: a importância estratégica das ações governamentais. *Ciênc. saúde coletiva*. Vol. 19, n. 2, p. 539-552, fev. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.19802012>.

SOLOMON, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetórias, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>

SOUZA, Lucas Eduardo Silveira de. *O que se perde com o fim do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)?* Observatório Regionalismo. 2 jul. 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/artigos/o-que-se-perde-com-o-fim-do-instituto-sul-americano-de-governo-em-saude-isags/>>. Acesso em: 04/06/2020.

SUDRÉ, Lu. Campanha pelo Nobel da Paz para médicos cubanos cresce ao redor do mundo. *Brasil de Fato Internacional*. 28 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/campanha-pelo-nobel-da-paz-para-medicos-cubanos-cresce-ao-redor-do-mundo>>. Acesso em: 03/06/2020.

VALOR ECONÔMICO. OMS e Costa Rica lançam iniciativa para compartilhar tratamentos e vacina contra covid-19. *Valor Econômico*, 29 mai. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/05/29/oms-e-costa-rica-lanam-iniciativa-para-compartilhar-tratamentos-e-vacina-contr-covid-19.ghml>>. Acesso em: 03/05/2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *Geopolítica da pandemia: “A verdade é que hoje o Brasil é um pária internacional”*. Pública. 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/04/geopolitica-da-pandemia-a-verdade-e-que-hoje-o-brasil-e-um-paria-internacional-diz-especialista-em-saude->

global/?fbclid=IwAR27NHU34_QppKNgkUIf1Jbg2QuEqMpE6roPIX_eqN3e87GOWUVfB7mRfoI>. Acesso em: 03/05/2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Cad. Saúde Pública*. Vol. 36, n. 4, e00040620, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00040620>

WHO. World Health Organization. *Ex-diretores-gerais*. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/who-headquarters-leadership-team/former-directors-general>>. Acesso em: 31/05/2020.

ZHU, Feng-Cai. et al. Safety, tolerability, and immunogenicity of a recombinant adenovirus type-5 vectored COVID-19 vaccine: a dose-escalation, open-label, non-randomised, first-in-human trial. *Lancet*, 22 mai. 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31208-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31208-3)

Contribuição dos autores

Alvarenga AA, Rocha EMS, Filippon J, Andrade MAC participaram da concepção, elaboração, revisão crítica e aprovação final da versão a ser publicada.